OS QUESITOS DE MÃO DE OBRA NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS DE 1960 A 2000

Paulo de Martino Jannuzzi[1]

1. APRESENTAÇÃO

A revolução tecnológica e as mudanças nas práticas oficiais no campo da disseminação das informações estatísticas tem possibilitado o acesso de um número crescente de pesquisadores aos arquivos magnéticos de registros das pesquisas amostrais e censitárias no Brasil. Enquanto que, em um passado não muito distante, os microdados – como são atualmente denominados esses arquivos- só eram disponíveis originalmente em fitas magnéticas operadas em computadores de grande porte, hoje é possível condensar o conteúdo da amostra do Censo Demográfico 2000, por exemplo, em um conjunto de 16 CD-ROMs e processá-los em um microcomputador e *softwares* de custo relativamente baixo.

Este acesso facilitado aos microdados certamente amplia as possibilidades de análise empírica das questões da agenda da Pesquisa Social brasileira. Por outro lado, exige, por parte dos pesquisadores, conhecimentos mais específicos acerca dos conceitos, quesitos e protocolos de coleta das informações coletadas em campo, nos diferentes levantamentos realizados, sobretudo se se desejar fazer estudos comparativo-temporais.

Nesse sentido, este trabalho tem o propósito de apresentar de forma resumida os conceitos e outros aspectos específicos do conjunto de informações levantadas acerca das características econômicas da população – mais propriamente os quesitos relacionados à mão de obra e renda- nos Censos Demográficos Brasileiros de 1960 a 2000, levantamentos esses já disponíveis em CD-ROMs. Este relatório procura também discutir a questão de compatibilidade de conceitos ao longo dos levantamentos e, quando possível, propor formas que permitam a comparabilidade de resultados entre os mesmos.

Inicia-se o texto com uma discussão sobre as mudanças na forma de captação e registro das características econômicas da população nos Censos Demográficos aqui enfocados, discutindo-se as dificuldades operacionais existentes na compatibilização de variáveis dos 5 levantamentos. Depois, traz-se propostas de classificação de ocupações que podem permitir uma análise comparativa dessa variável ao longo do período.

2. A CAPTAÇÃO E REGISTRO DAS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO NOS CENSOS DE 1960 A 2000

As informações relativas às características econômicas da população têm sido captadas desde os primeiros Censos Demográficos brasileiros e, ao longo dos sucessivos levantamentos, têm merecido espaço crescente nos questionários. Refletindo as mudanças da base produtiva nacional e a estruturação crescente do mercado de trabalho ao longo do século XX, os Censos vieram incorporando

novos quesitos de informação- sobretudo a partir de 1960, com a implantação da amostragem- e revisando os conceitos-chave sobre atividade econômica, posição na ocupação, rendimentos e sistemas classificatórios das ocupações e setores de atividade econômica (Jannuzzi 2001a).

Como se pode verificar no quadro 1, as características econômicas da população passaram a ser investigadas com maior detalhe ao longo dos Censos, passando de 7 variáveis em 1960 para o dobro a partir do Censo de 1980. Considerando o protocolo de coleta, isto é, o conjunto de perguntas e disposição das mesmas no questionário, a ampliação do espaço da temática da mão de obra e rendimentos revela-se ainda mais expressivo já que o boletim da amostra passou a contemplar 23 quesitos em 2000 (conta 6 quesitos em 1960).

Quadro 1
Investigação das características econômicas da população nos Censos
1960 - 2000

Variável	1960	1970	1980	1991	2000
Condição de atividade/ocupação - ano	X	X	X	X	
Condição de ocupação – semana/mês	X	X	X	X	X
Ocupação exercida	X	X	X	X	X
Setor de atividade da ocupação	X	X	X	X	X
Características do local de trabalho			X	X	X
Posição na ocupação	X	X	X	X	X
Contribuição à Previdência			X	X	X
Horas semanais trabalhadas ocupação principal		X	X	X	X
Horas semanais trabalhadas outras ocupações			X	X	X
Existência de Ocupação secundária	X	X	X	X	X
Rendimentos do trabalho	X	X	X	X	X
Outros rendimentos do trabalho			X	X	X
Outros rendimentos			X	X	X
Benefícios sociais/transferências governamentais			X	X	X

Ademais desta ampliação do escopo de informações levantadas na temática da mão de obra e rendimentos, houve significativas reformulações conceituais, de sistemas classificatórios (de ocupações, atividades econômicas e posição na ocupação) e do protocolo de coleta nos levantamentos censitários destes últimos 40 anos. Se é fato que tais mudanças têm permitido captar de forma mais profunda e abrangente as transformações da realidade socioeconômica da população, incorporando dimensões e processos novos da dinâmica conjuntural e estrutural do mercado de trabalho brasileiro ao longo desses 40 anos de fortes contrastes em termos de crescimento econômico, por outro lado, essas alterações têm gerado dificuldades na comparabilidade temporal de variáveis e indicadores mais específicos.

Condição de Atividade e Condição de Ocupação foram dois conceitos-chave que passaram por mudanças significativas do ponto de vista conceitual e quanto à forma de coleta (perguntas) e registro (categorias). Embora se tenha mantido a investigação dessas variáveis sempre para a mesma população-alvo (pessoas de 10 anos ou mais) nos últimos 5 censos, o período de referência de 12

[1] Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE.

meses anteriores deixou de ser empregado no Censo 2000 como critério de atribuição do *status* de atividade e inatividade. A condição de atividade "habitual" - que vinha sendo usada de 1960 a 1991- foi substituída pela condição de atividade na última semana de referência do Censo (23 a 29 julho de 2000). Se, nos Censos anteriores, era suficiente ter exercido alguma atividade remunerada – por menor tempo que fosse- ou trabalhado como membro não remunerado um número mínimo de horas ao longo do ano anterior para ser classificado como integrante da População Economicamente Ativa, em 2000 os critérios para tal passaram a ser mais restritivos, com evidentes desdobramentos sobre as taxas de atividade feminina, de jovens e de idosos, para não falar da própria força de trabalho primária clássica (homens de 20 a 49 anos).

Vale observar também que o protocolo de coleta e registro da Condição de Atividade e de Ocupação foi progressivamente aprimorado, como se pode verificar no quadro 2, em que se apresenta de forma resumida o conjunto de quesitos usados para captação da situação em alguns Censos. Em 1960, apenas um quesito era empregado para imputar a situação de um indivíduo (de 10 anos ou mais) na condição de ativo ou inativo; em 1980, empregou-se dois quesitos, modificando-se as categorias de registro, com a inclusão de duas alternativas para captação da situação de pessoas em desemprego; em 2000, o protocolo sofreu uma modificação radical, com desmembramento da captação da situação de atividade e ocupação em 5 quesitos sucessivos, deixando-se de empregar as categorias auto-classificáveis até então tradicionais (afazeres domésticos, estudante, aposentado, detento, etc). Naturalmente, essas mudanças na forma de perguntar a condição de atividade e ocupação, das categorias explicitadas, do fluxo de quesitos a seguir no questionário devem ter tido impacto na captação dessas características econômicas ao longo do período. A análise da evolução das taxas de atividade no período – sobretudo a de mulheres- não pode ser prescindir, pois, de alguma consideração metodológica nesse sentido, tal como realizado no estudo comparativo dos Censos de 1940 a 1980 de Paiva (1984).

Quadro 2:
Protocolos de coleta da Condição de Atividade
1960,1980 e 2000

1960	1980	2000
	Trabalhou nos últimos 12 meses ? Sim Não	Na semana de 23 a 29 de julho de 2000, trabalhou em alguma atividade remunerada ? Sim Não
Se não trabalhou durante o ano anterior à data do Censo, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal ?	Se não (trabalhou), indique a situação ou ocupação que tem:	Na semana..., tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado? Sim Não
Afazeres domésticos Aposentado Detento Estudante Doença temporária Invalidez permanente Vive de rendas Prejudicado Ignorado Sem ocupação	Trabalhou Afazeres domésticos Aposentado / pensionista Detento Estudante Doente / inválido vive de renda Procurou trabalho / não trabalha Procurou trabalho / trabalha sem ocupação	Na semana..., ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregadora, moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário ?? Sim Não Na semana..., trabalhou em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais ou pesca, destinados à alimrentação de pessoas moradoras do domicílio ? Sim Não

Como observado há pouco, a mudança do período de referência da condição de atividade de 12 meses para última semana no Censo 2000 inviabilizou o acompanhamento da série histórica dessa variável nos últimos 40 anos. Com algumas restrições, contudo, é possível recuperar a trajetória da condição de ocupação e desemprego da População Economicamente Ativa na semana de referência. É bem verdade que nesse caso as mudanças de protocolo de coleta foram muito expressivos, com inevitáveis reflexos metodológicos sobre o indicador de desemprego computado. Como mostrado no quadro 3, em 1960 os entrevistados eram instados a se declarar ocupados (na ocupação habitual ou outra) ou desempregados, na semana anterior (sem fixação de datas); em 1980, precisou-se melhor a condição de desemprego através da explicitação da procura de trabalho na semana anterior ao Censo (estabelecida em 25 a 31 de agosto de 1980); em 2000, há um quesito específico para captação da condição de procura (providência para conseguir algum trabalho), referido, contudo, não à semana de referência, mas ao mês anterior (tomado então de 30 de junho a 29 de julho de 2000).

Quadro 3:
Protocolos de coleta da Condição de Ocupação na Semana
1960,1980 e 2000

1960	1980	2000
Na última semana estava exercendo a ocupação declarada no quesito anterior, outra ocupação ou estava desempregado ?	Na última semana (25 a 31/09/1980) estava:	No período de 30 de junho a 29 de julho de 2000, tomou alguma providência para conseguir algum trabalho ?
Ocupação declarada no quesito anterior Outra ocupação Desempregado	Só exercendo a ocupação declarada Exercendo a ocup declarada e outra Só exercendo ocupação não habitual Desempregado, procurando trabalho Tinha-se aposentado e não trabalhou Não tinha trabalho, nem procurou	Sim Não

Posição na Ocupação é outro conceito-chave na caracterização econômica da população nos Censos que sofreu mudanças significativas no período. Em 1960 registrava-se, através de um quesito, a inserção dos indivíduos no processo de produção econômica em 6 categorias (empregado público, empregado particular, conta-própria, parceiro, empregador e membro familiar); em 2000, essa variável passou a ser captada em 3 quesitos, que combinados, podem levar à classificação da mão de obra em pelo menos 10 categorias posicionais, discriminando trabalhadores domésticos, empregados com carteira assinada, empregados sem carteira, empregados do setor público, conta-própria, não remunerados, empregadores segundo porte da empresa, entre outras (quadro 4). Nota-se, pois, uma clara preocupação em discriminar posições ocupacionais no mercado de trabalho urbano, diferentemente do que prevaleceu nos censos de 1960 a 1980. Em 1980 (e, em menor medida, em 1991) houve uma preocupação em captar de forma bastante detalhada a forma de inserção dos ocupados em atividades agrícolas (5 dentre as 9 categorias posicionais), certamente como consequência do quadro de instabilidade social e política que passou a se observar nas zonas rurais brasileiras, depois do forte êxodo populacional nas décadas anteriores.

Quadro 4:
Protocolos de coleta da Posição na Ocupação
1960,1980 e 2000

1960	1980	2000
Posição na ocupação declarada :	Posição no estabelecimento, negócio, instituição etc ... declarado:	Nesse trabalho era:
Empregado público	Trab agrícola volante c/ intermediário	Trab doméstico com carteira
Empregado particular	Trab agrícola volante s/intermediário	Trab doméstico sem carteira
Conta-própria	Parceiro empregado	Empregado com carteira assinada
Parceiro ou meeiro	Parceiro empregador	Empregado sem carteira de trabalho
Empregador	Parceiro conta-própria	Empregador
Membro familiar	Empregado	Conta-própria
	Empregador	Aprendiz ou estagiário
	Conta própria	Não remunerado membro domiciliar
	Sem remuneração	Trabalhador para autoconsumo

Diferentemente de outras variáveis, a captação da ocupação exercida e do setor de atividade seguiram mesmo protocolo nos Censos Demográficos aqui enfocados, com auto-declaração em quesito aberto para posterior codificação. Contudo, como consequência da necessidade de acompanhar o processo de crescente complexidade do mercado de trabalho e da estrutura econômica do país no período, utilizou-se 4 sistemas diferentes de classificação de ocupações e 3 sistemas de classificação de atividades econômicas pelos 5 Censos, de 1960 a 2000. Como mostrado no quadro 5, em 1960 as ocupações eram classificadas em 247 grupos ocupacionais e 133 setores de atividade econômica; em 2000, o sistema de classificação de ocupações passou a contemplar cerca de 510 títulos ocupacionais (baseados em um extenso trabalho de revisão da Classificação Brasileira da Ocupações realizado nos últimos anos por especialistas contratados pelo Ministério do Trabalho) e 224 setores de atividade (baseados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, adotada a partir de 1995 no país). Essas observações já permitem antecipar, pois, as dificuldades de promover a compatibilização dessas variáveis em um nível analítico muito desagregado.

Quadro 5
Sistemas de Classificação de Ocupações e Setores de Ativ. Econômica
1960 a 2000

Sistema	1960	1970	1980	1991	2000
Número de ocupações registradas	247	268	381	381	510
Número de Setores de atividade	133	154	169	169	224

As informações sobre rendimentos da população passaram a ser levantadas nos Censos Demográficos a partir de 1960. A monetarização crescente das relações de troca, o grau de urbanização e assalariamento da População Economicamente Ativa apontavam a necessidade e a viabilidade de cobrir tal dimensão nos levantamentos censitários. Assim, em 1960 coletou-se o "ganho mensal" da população de 10 anos ou mais provenientes do trabalho e de todas outras fontes, empregando-se apenas um quesito fechado, com classes de rendimento pré-estabelecidas. Desde então,

os levantamentos censitários vêm ampliando o escopo conceitual dos rendimentos coletados e a forma de registro nos questionários da amostra. Sintomático nesse sentido é o Censo de 1980, em que a coleta das informações de rendimentos passou por um grande aprimoramento conceitual e metodológico, com a discriminação das fontes de rendimento através de 7 quesitos diferentes, no bojo da necessidade de avaliação dos programas governamentais de transferência de recursos e sobretudo do debate acerca do aumento do grau de desigualdade na distribuição de renda durante o Milagre Econômico nos anos 70. Além de dados sobre rendimentos provenientes do trabalho principal, procurou-se captar os recursos provenientes de outros trabalhos, aposentadorias, transferências governamentais, aluguéis, pensão alimentícia, doações regulares e outros rendimentos ocasionais. Depois de uma experiência de simplificação do protocolo de coleta em 1991, voltou-se a captar os rendimentos com razoável nível de detalhamento no Censo 2000. Naturalmente, como adverte Medici (1984) em estudo comparativo do levantamento dos rendimentos nos censos de 1960 a 1980, esse aprimoramento da coleta deve ser levado em consideração na análise longitudinal do nível ou distribuição de rendimentos ao longo das últimas décadas. Contudo, dados os elevados níveis de inflação pelo período, a escolha do índice para deflacionamento dos valores monetários levantados nos 5 censos deve ter papel muito mais importante na configuração das tendências do indicador de rendimentos que os efeitos dos aprimoramentos metodológicos acima citados. Nesses quarenta anos, o Brasil teve mais de 6 trocas de unidades monetárias (Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzeiro, Cruzado, etc) e níveis inflacionários mensais acima de 20 ou 30% por longos períodos, conspirando não apenas contra a Economia do país, mas também para a consistência dos próprios índices de preços.

Quadro 6
Captação dos rendimentos nos Censos Demográficos
1960 a 2000

Característica	1960	1970	1980	1991	2000
Forma de captação	1 quesito com categorias fechadas	1 quesito aberto	7 quesitos abertos	4 quesitos abertos	7 quesitos abertos
População investigada	População de 10 anos ou mais	População de 10 anos ou mais	População de 10 anos ou mais, incluindo rendimento de crianças menores	População de 10 anos ou mais, incluindo rendimento de crianças menores	População de 10 anos ou mais, incluindo rendimento de crianças menores
Abrangência conceitual	Rendimento mensal do trabalho, aposentadorias, aluguéis etc	Rendimento mensal de todas as fontes	Rendimento mensal ou média anual do trabalho – 3 quesitos Rendi. Aposentadorias e Transferências gov. Rend. de Alugueis Rend. Regulares de doações etc Demais rendimentos	Rendimento mensal ou média anual do trabalho – 2 quesitos Rendimento de Aposentadorias Demais rendimentos	Rendimento ménsal ou média anual do trabalho – 2 quesit Rend.Aposentadoria Rend.Aluguéis Rend. Doação Rend.Programas Governamentais Demais rendas

No quadro abaixo é apresentado uma proposta para deflacionamento dos valores monetários registrados nos Censos Demográficos, com o objetivo de expressá-los em Reais de setembro de 2000.

Trata-se de um índice deflator híbrido, formado pelo encadeamento do IPC – Índice de Preços ao Consumidor- da Fundação Getúlio Vargas para o período de setembro de 1960 a setembro de 1979 para a cidade do Rio de Janeiro e do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – do IBGE, para o período restante (calculado a partir da série de salário mínimo real obtida em www.ipeadata.gov.br) .

Quadro 7
Fatores a serem multiplicados aos valores de rendimentos para atualização dos mesmos para Reais de julho de 2000

Característica	1960	1970	1980	1991	2000
Fator para multiplicação dos rendimentos registrados nos microdados	0.02365625	0.989316239	0.04682379	0.00421165	1.0
Período de referência	Mês anterior	Mês anterior	Mês anterior	Agosto de 1991	Julho de 2000
Sal. mínimo oficial na moeda vigente	Cr$ 9.600,00	NCr$ 187,20	Cr$ 4149,60	Cr$ 36.161,60	R$ 151,00
Sal. mínimo real deflacionado p/ Jul/2000 segundo índice híbrido IPC/INPC	R$ 227,10	R$ 185,20	R$ 194,30	R$ 152,30	$ 151,00

Por fim, vale comentar que, com a crescente estruturação do mercado de trabalho urbano brasileiro no final dos anos 60, outros atributos característicos da inserção ocupacional passaram a ser investigados. Assim, no Censo de 1970 incorporou-se no questionário a duração da jornada de trabalho principal e, em 1980, a prática de contribuição para a Previdenciária Social Pública. Dentre todas as variáveis aqui estudadas estas duas são certamente as mais compatíveis em termos comparativos no período.

3. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES PARA FINS DE COMPARABILIDADE DOS RESULTADOS ENTRE OS CENSOS

Como se observou anteriormente, a variável ocupação, captada nos 5 levantamentos considerados, manteve relativa regularidade conceitual ao longo do período, referindo-se ao trabalho, emprego, atividade, cargo, função, profissão, etc das pessoas de 10 anos ou mais, exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo (ou na semana de referência, no caso do Censo 2000). Excepcionalmente, a ocupação registrada poderia ser a exercida na data de referência do Censo, "quando adotada com ânimo definitivo, incluindo-se neste caso a mudança de designação devido à promoção ou mudança de carreira" (IBGE, 1996:35). Nos casos em que o indivíduo exercia mais de uma ocupação, registrou-se aquela em que a pessoa se ocupava maior número de horas semanalmente ou, em caso de igualdade, a que proporcionava maior rendimento. Em 2000, o tempo de exercício do trabalho foi adotado como critério de desempate (antes do rendimento) nas situações em que o indivíduo exercia duas ou mais ocupações com mesma jornada semanal de trabalho.

Em termos de sua captação em campo, a informação sobre ocupação foi levantada em quesitos abertos auto-declarados nos 5 censos aqui analisados, e posteriormente codificada segundo sistemas classificatórios quase que específicos para cada censo. Somente os Censos de 1980 e 1991 usaram, estritamente, o mesmo sistema de classificação de ocupações. Em 2000 empregou-se para codificação das denominações coletadas em campo as famílias ocupacionais (4 dígito) da nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2000), sistema que deve facilitar a compatibilização de resultados do Censo com as pesquisas econômicas do IBGE e outros registros administrativos (como a RAIS-Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho).

Ainda que existam matrizes de compatibilização entre os sistemas classificatórios usados, a experiência prática tem apontado várias limitações das mesmas, decorrentes dos princípios classificatórios empregados em cada sistema, espelhados por sua vez na forma de apreensão, em cada momento, das transformações e da crescente complexidade da estrutura ocupacional brasileira ao longo do período. Em 1991, por exemplo, indivíduos que exerciam ocupações técnicas de nível superior como Médico, Advogado, Arquiteto e que tinham mais de 2 empregados eram classificados como Empresários ou Proprietários nos Serviços, procedimento esse que pode não ter sido extensivamente aplicado da mesma forma em censos anteriores. Entre as ocupações rurais, por exemplo, há um problema de difícil compatibilização e com grande repercussões dados os volume de mão de obra envolvidos: em 1960 e 1970, os meeiros e parceiros foram classificados, em boa medida, como Agricultores, mesma categoria de fazendeiros e grandes proprietários de terra; a partir de 1980, melhorou-se o enquadramento desses indivíduos através da criação da categoria de Produtores Agropecuários Autônomos. A esses problemas vale acrescentar também que uma série de novas ocupações foram surgindo no período (ocupações nos serviços de alta tecnologia, por exemplo) e, por inexistência de sistemática de criação de novos códigos ocupacionais, foram sendo registrados nas categoria residuais “Outras ocupações” ou “Ocupações mal definidas/não declaradas”, categorias essas que reuniam conjuntamente quase 10 % das ocupações em 1991. Assim, tendo em vista a comparabilidade dos resultados dessa variável pelos censos demográficos aqui considerados propõe-se utilizar as classificações agregadas sugeridas no tópico 4 seguinte.

Tendo em vista as mudanças de sistemas classificatórios de ocupações pelos sucessivos Censos Demográficos – e as inevitáveis dificuldades de compatibilização entre as mesmas- propõe-se neste tópico algumas classificações agregadas dessa variável, de modo a melhorar a comparabilidade dos resultados dos levantamentos ao longo do período.

Uma das classificações agregadas usadas com regularidade pelo IBGE em tabulações da estrutura ocupacional brasileira é a que agrupa as ocupações segundo natureza da ocupação exercida e similaridade do setor de atividade (IBGE 1991:37). Nessa proposta as ocupações são classificadas em 10 grandes grupos ocupacionais (Quadro 8): Ocupações administrativas, ocupações técno-científicas, ocupações da agropecuária, do setor extrativo mineral, ocupações industriais, do comércio, do

transporte, da prestação de serviços, da segurança pública e as mal definidas/outras.

Quadro 8 (continua)
Classificação agregada de ocupações segundo natureza das mesmas
1960-2000

1. OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS
Empregadores
Diretores e chefes na administração pública
Administradores e gerentes de empresas
Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
Funções burocráticas ou de escritório

2. OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E ASSEMELHADAS
Engenheiros, arquitetos e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura
Químicos, farmacêuticos, físicos e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da química, farmácia e física
Agrônomos, biologistas, veterinários e especialistas assemelhados
Médicos, dentistas e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da medicina e odontologia
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistema
Economistas, contadores e técnicos de administração
Ocupações auxiliares da contabilidade, estatística e análise de sistema
Cientistas sociais
Professores
Ocupações auxiliares do ensino
Magistrados, advogados e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da justiça
Religiosos
Escritores e jornalistas
Artistas, ocupações afins e auxiliares
Outras ocupações técnicas, científicas e assemelhadas

3. OCUPAÇÕES DA AGROPECUÁRIA E DA PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL
Trabalhadores da agropecuária e aqüicultura
Caçadores e pescadores
Trabalhadores florestais

4. OCUPAÇÕES DA PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL
Mineiros
Canteiros e marroeiros
Operadores de máquinas de extração e beneficiamento de minérios e pedras
Trabalhadores de extração de petróleo e gás
Garimpeiros
Salineiros
Sondadores de poços (exclusive de petróleo e gás)

5. OCUPAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL
Mestres, contramestres e técnicos de indústrias de transformação e construção civil
Ocupações das indústrias mecânicas e metalúrgicas
Ocupações da indústria têxtil
Ocupações da indústria do couro
Ocupações da indústria do vestuário
Ocupações das indústrias de madeira e móveis
Eletricistas
Ocupações da indústria da construção civil
Ocupações das indústrias de alimentação e bebidas
Ocupações da indústria gráfica
Ocupações das indústrias de cerâmica e vidro
Outras ocupações das indústrias de transformação

Quadro 8 (continuação)
Classificação agregada de ocupações segundo natureza das mesmas
1960-2000

6. OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES
Lojistas
Vendedores ambulantes
Vendedores de jornais e revistas
Viajantes, representantes e pracistas
Outras ocupações do comércio

7. OCUPAÇÕES DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Ocupações do transporte aéreo
Ocupações dos transportes marítimo, fluvial e lacustre
Ocupações dos serviços portuários
Ocupações dos transportes ferroviários
Ocupações dos transportes rodoviário e animal
Outras ocupações dos transportes
Ocupações das comunicações

8. OCUPAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Ocupações domésticas remuneradas
Ocupações dos serviços de alojamento e alimentação
Ocupações dos serviços de higiene pessoal
Atletas profissionais e funções afins
Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes
Proprietários nos serviços, conta própria, não classificados anteriormente

9. OCUPAÇÕES DA DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

10. OUTRAS OCUPAÇÕES, OCUPAÇÕES MAL DEFINIDAS OU NÃO DECLARADAS

Outra classificação ocupacional agregada, com maior poder analítico, passível de ser implementada mais facilmente a partir dos Censos de 1980 em diante, é a de Valle Silva (1992). O autor propõe a classificação das ocupações em 18 grandes grupos ocupacionais (ou em 9, na versão mais reduzida), de acordo com a similaridade interna das ocupações quanto ao tipo de controle da atividade produtiva, à propriedade dos meios de produção, às formas de inserção produtiva no processo de trabalho, ao nível de qualificação técnica exigido e ao setor de atividade da ocupação.
Para determinados de estudos acerca da estrutura ocupacional (Mobilidade Intrageracional, Evolução Comparativa da Estrutura de Ocupações, etc) talvez interesse analisar o conjunto de ocupações em uma perspectiva hierarquizada, segundo *status* socioeconômico das mesmas. Nessas situações pode-se empregar a classificação de 5 estratos sócio-ocupacionais proposto no estudo de Jannuzzi (2001b), em que se computou indicadores de *status* para cada ocupação registrada nos Censos de 1980 e 1991, baseados na escolaridade e nos rendimentos típicos auferidos, e indicadores de precarização ocupacional, como o risco ao desemprego, sobre-jornada de trabalho, nível de protenção social, entre outros.

O primeiro grupo sócio-ocupacional compreende os indivíduos (e as famílias) na condição de grandes proprietários e as pessoas ocupadas em postos de comando, de direção ou com especialização técnica superior. Este estrato corresponderia em alguma medida ao que Goldthorpe (1992) denominou de classes de colarinho branco na classificação sócio-ocupacional da população inglesa, nas quais se

enquadrariam os indivíduos com maior poder de comando da atividade produtiva, de delegação de autoridade ou aqueles com alto grau de conhecimento especializado. São típicos representantes deste estrato social os indivíduos que exercem ocupações como de Médico, Engenheiro, Professor Universitário, Empresários, Gerentes e postos superiores na Administração Pública (Juízes, Promotores, Delegados, Oficiais das Forças Armadas etc).

Quadro 9
Classificação agregada de ocupações de Valle Silva (1992)
1980-2000

Classificação em 9 classes	Classificação em 18 classes	
1 – Profissionais	1	Profissionais liberais
	3	Profissionais
2- Administradores e Gerentes	2	Dirigentes
	4	Ocupações administrativas
3-Proprietários empregadores	6	Proprietários empregadores
4-Ocupações Não Manuais	5	Não manual de rotina
	8	Técnicos e supervisores
5-Proprietário conta própria	7	Empresários conta própria
6-Manual qualificado	9	Trabalhadores indústria moderna
	11	Trabalhadores serviços
7-Empregdor rural	15	Proprietários agropecuários
8-Manunal não qualificado	10	Trabalhadores indústria tradicional
	12	Trabalhadores domésticos
	13	Vendedores ambulantes
	14	Artesãos
9-Empregados rurais	16	Técnicos e administradores agropecuários
	17	Produtores agropecuários autônomos
	18	Trabalhadores rurais

O segundo estrato reúne, em boa medida, o que Goldthorpe denomina de ‘pequena burguesia’, isto é, os pequenos proprietários, chefes e supervisores e empregados qualificados de escritório e técnicos de média especialização na indústria e serviços. Técnicos de contabilidade e administração, Mestre e Contramestres na indústria, Professores de ensino fundamental e médio, Corretores de Imóveis, Inspetores de Polícia, Carteiros, Comerciantes (proprietários) e Agricultores são algumas das ocupações enquadradas neste grupo.

O terceiro estrato reúne a grande maioria de ocupações no Comércio, Serviços e postos qualificados da indústria, ao que se poderia associar- ainda que remotamente- à ´elite de colarinho azul’ referida pelo autor. Ocupações típicas deste grupo são as de Torneiro Mecânico, Montadores de Equipamentos Elétricos, Vendedores, Operadores de caixa, Comerciantes conta-própria, Professores de ensino pré-escolar, Motoristas, Inspetores de alunos, Auxiliares de enfermaria, Auxiliares administrativos e de escritório, Policiais e Praças das Forças Armadas.

O quarto grupo sócio-ocupacional, mais heterogêneo, compreende os empregados em prestação de serviços de baixa qualificação nos serviços, construção civil e indústria tradicional – algo que talvez se poderia associar, com alguma boa vontade- à ´classe operária’ de Goldthorpe. Aqui estão reunidas as ocupações da Indústria de Alimentos, da Indústria Têxtil, Pedreiros, Pintores, Garçons, Vigias, Porteiros, Estivadores.

O último grupo sócio-ocupacional reúne os trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo status como a de Serventes de Pedreiro, Lavadeiras, Empregadas Domésticas e Lixeiros. Compreende pois a parcela da mão de obra – empregada ou autônoma- de remuneração e escolaridade mais baixa, inseridos em postos de trabalho de elevada precariedade.

Quadro 10
Classificação sócio-ocupacional hierarquizada de Jannuzzi (2000)
1980-2000

	Estrato Sócio-ocupacional	Ocupações típicas
1	Alto	Médico, Engenheiro, Professor Universitário, Empresários, Gerentes e postos superiores na Administração Pública (Juízes, Promotores, Delegados, Oficiais das Forças Armadas etc).
2	Médio-alto	Técnicos de contabilidade e administração, Mestre e Contramestres na indústria, Professores de ensino fundamental e médio, Corretores de Imóveis, Inspetores de Polícia, Carteiros, Comerciantes (proprietários) e Agricultores
3	Médio	Torneiro Mecânico, Montadores de Equipamentos Elétricos, Vendedores, Operadores de caixa, Comerciantes conta-própria, Professores de ensino pré-escolar, Motoristas, Inspetores de alunos, Auxiliares de enfermaria, Auxiliares administrativos e de escritório, Policiais e Praças das Forças Armadas
4	Médio-baixo	Ocupações da Indústria de Alimentos, ocupações da indústria do têxtil, pedreiros, Pintores, Garçons, Vigias, Porteiros, Estivadores, vendedores ambulantes
5	Baixo	Trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo *status* como a de Serventes de Pedreiro, Lavadeiras, Empregados Domésticos e Lixeiros

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento dos instrumentos de coleta, os protocolos de coleta das informações em campo, os conceitos das variáveis investigadas e suas mudanças ao longo do tempo revela-se cada vez mais importante por qualquer pesquisador que se disponha a usufruir das facilidades hoje disponíveis para processamento de microdados de Censos Demográficos e outras pesquisas.

Trabalhos de natureza metodológica como esse - gestados no âmbito do IPUMS International Integrated Public Use Microdata Series[2] - são, nesse sentido, muito importantes e deveriam servir de motivação para que outros pesquisadores também reportassem suas experiências e dificuldades em seminários científicos na área.

5. BIBLIOGRAFIA REFERIDA

GOLDTHORPE, J.H. **Social mobility and class structure in modern britain**. New York: Oxford University Press, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico 1991: documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro, 1996.

JANNUZZI,P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2001a.

JANNUZZI,P.M. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: medidas aproximativas para 1980, 1991 e anos 90. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 47-74, 2001b.

MÉDICI,A.C. Notas interpretativas sobre a variável renda nos Censos Demográficos In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Censos, consensos, contra-sensos.** Ouro Preto: ABEP, 1984, p.19-66.

PAIVA,P.T.A . A concentração e a enumeração da população economicamente ativa nos Censos Demográficos brasileiros. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Censos, consensos, contra-sensos.** Ouro Preto: ABEP, 1984,p.75-132.

VALLE SILVA, N. **Uma proposta de classificação das ocupações brasileiras**. LNCC, 1992 (Mimeo).

[2] Vide www.ipums.org, onde estão disponíveis a documentação e arquivos de Censos de diversos países.